

AS INSTITUIÇÕES E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO PENSAMENTO DE CELSO FURTADO

Wilson Vieira¹
Pedro Paulo Zahluth Bastos²

RESUMO

O **objetivo** do trabalho é analisar a reflexão de Celso Furtado acerca da relação entre instituições e desenvolvimento econômico, assim como o modo mediante o qual essa relação é subentendida em análises de processos históricos particulares. Inicialmente buscar-se-á apresentar algumas influências centrais sobre o pensamento de Furtado: 1) o referencial do planejamento democrático, de Karl Mannheim, fundador da sociologia do conhecimento, que defendia a importância do Estado e da *intelligentsia* como elementos indutores do desenvolvimento econômico e social através do controle democrático, numa clara contraposição ao planejamento do tipo soviético, ao planejamento fascista e ao não planejamento do liberalismo; 2) a reflexão de Keynes sobre a ação do Estado para dirigir decisões econômicas de caráter estratégico. A seguir, a **sustentação empírica** será buscada por meio da análise da obra de Furtado, observando os diferentes períodos de sua trajetória, na busca de continuidades e mudanças na sua ação e reflexão na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) na década de 1950, na Superintendência para o Desenvolvimento Econômico do Nordeste (SUDENE) na década de 1960, no período do exílio na França (1964-1982), e nas suas últimas reflexões (entre 1992 e 2002).

Palavras-chave: planejamento democrático, pensamento de Celso Furtado, desenvolvimento econômico, reflexão de Keynes.

ABSTRACT

The objective of this paper is to analyze the Celso Furtado's reflection about the relationship among institutions and the economic development. We intend to study too how this relationship is understood in historical particular processes. To reach this objective, in first time we will present some central influences on Furtado's thought: 1) the Karl Mannheim's

¹ Economista pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói – Brasil; Mestre em História Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas – Brasil; Doutor em Sociologia pela UNICAMP; Pesquisador Colaborador e Pós-Doutorando em Sociologia (com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP - Brasil) no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da UNICAMP. *E-mail:* vieiraeco@uol.com.br

² Economista pela UNICAMP; Mestre em Ciência Política pela UNICAMP; Doutor em Ciências Econômicas pela UNICAMP; Professor Doutor do Instituto de Economia (IE) da UNICAMP; Presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE). *E-mails:* ppzbastos@eco.unicamp.br; ppzbastos@gmail.com

*democratical reference of democratic planning, founder of sociology of knowledge and defender of importance of State and of the intelligentsia, elements of economic and social development with democratic control, in opposition of the sovietic and fascist planning and the absence of planning in liberalism; 2) the Keynes' reflection about the action of the State to make strategic economic decisions. Then, we will do the **empiric sustentation** through analysis of Furtado's production, with the observation of the different periods of his trajectory to examine the permanencies and changes in his reflection in Economic Commission of Latin American and Caribbean (ECLAC) in 1950's and in Superintendence of Economic Development of Northeast (SUDENE in Portuguese language) in 1960's, in period of exile in France (1964-1982) and in his last reflections (1992-2002).*

Key words: *democratic planning, Celso Furtado's thought, economic development, Keynes' reflection.*

INTRODUÇÃO: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A BIOGRAFIA INTELECTUAL DE CELSO FURTADO

Celso Furtado nasceu em Pombal, na Paraíba, em 26 de julho de 1920. No Nordeste concluiu seus estudos primários, ginasiais e secundários. Segundo Furtado (1997: 14-15)³, as influências intelectuais exercidas sobre ele já se encontravam presentes desde o ginásio e são subdivididas em três correntes principais: i) positivista; ii) Marx, como subproduto do interesse do autor pela história; iii) sociologia norte-americana, em particular da teoria antropológica da cultura, com a qual tomou contato através do livro *Casa-Grande & Senzala* de Gilberto Freyre.

As três linhas descritas acima posteriormente se entrelaçaram e foram aprimoradas nos anos de formação em direito na Universidade do Brasil no Rio de Janeiro e no doutorado em Paris entre 1946 e 1948. Durante o curso de graduação, a partir do terceiro ano, amplia suas leituras no campo da sociologia alemã: Max Weber, Tönnies, Hans Freyer, Simmel e Karl Mannheim (fundador da sociologia do conhecimento e que ampliou a influência de Marx sobre Furtado). A partir das leituras de Karl Mannheim, o autor adota o planejamento como técnica racional de grande importância, pois, segundo ele, permitiria auxiliar o homem a atuar sobre a história⁴.

³ FURTADO, Celso. Aventuras de um Economista Brasileiro. *Celso Furtado: Obra Autobiográfica* (vol. 2). São Paulo: Paz e Terra, 1997. Nota explicativa no início do texto: "Este texto foi escrito em Paris em março de 1972, a pedido da UNESCO, para um número comemorativo da publicação *International Social Sciences Journal* dedicado a uma seleção perfis de cientistas sociais do mundo todo. Cf. 'Aventures d'un économiste brésilien' in *Revue Internationale de Sciences Sociales*, vol. XXV, n° 1-2, 1973, Paris".

⁴ Ver Furtado (1997: 16-17).

Nesse mesmo período, Furtado toma contato com historiadores que lhe mostram a importância da história para a compreensão da economia. Ele cita Henri Pirenne, Sombart, Sée, e Antônio Sérgio (historiador de Portugal).

Sobre seus estudos de economia, Furtado (1997: 20) afirma:

Quando finalmente comecei a estudar economia de modo sistemático aos 26 anos, minha visão do mundo, no fundamental, estava definida. Dessa forma, a economia não chegaria a ser para mim mais que um instrumental, que me permitia, com maior eficácia, tratar problemas que me vinham da observação da História ou da vida dos homens em sociedade. Pouca influência teve na conformação do meu espírito. Nunca pude compreender a existência de um problema estritamente econômico. Por exemplo: a inflação nunca foi em meu espírito outra coisa que a manifestação de conflitos de certo tipo entre grupos sociais; uma empresa nunca foi outra coisa que a materialização do desejo de poder de um ou vários agentes sociais, em uma de suas múltiplas formas etc.

Após a defesa de sua tese de doutorado em Paris – *L'Économie Coloniale Brésilienne*⁵ – em 1948, Furtado retorna para o Brasil e assume posto na Fundação Getúlio Vargas (trabalhando na revista *Conjuntura Econômica*), além de ter retomado o trabalho no Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) em Niterói (na função de assistente de organização, que havia assumido em 1943). Em 1949, passa a trabalhar na recém-criada CEPAL até 1958. Em 1957, afasta-se dessa entidade por um ano com uma licença sem vencimentos e se dedica exclusivamente à reflexão da realidade brasileira, na Universidade de Cambridge (Inglaterra), onde faz estudos de pós-graduação e escreve *Formação Econômica do Brasil* (publicado em 1959).

Em 1958, após o retorno ao Brasil, desliga-se da CEPAL e passa a se dedicar ao Nordeste brasileiro, primeiramente no Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), onde elabora o estudo *Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste* (publicado também em 1959), que deu origem ao Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO), composto por representantes de órgãos do governo federal e pelos governadores dos estados nordestinos e por Furtado como secretário-executivo (cargo para o qual fora nomeado por Juscelino Kubitschek). Furtado também participa da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), criada em 1959, como superintendente, onde planeja e executa políticas de desenvolvimento na região nos governos de Kubitschek, Quadros e Goulart (até o golpe militar de 1964). Nesse período, assume por seis meses (janeiro a junho de 1963) o Ministério do Planejamento. Concomitantemente, Furtado mantém reflexões sobre o desenvolvimento econômico e a situação sociopolítica brasileira.

⁵ A versão em português dessa tese foi publicada em 2001 com o título *A Economia Colonial no Brasil nos Séculos XVI e XVII*.

Após o golpe militar de 1964, volta-se para a carreira acadêmica, primeiro nos EUA e depois na França. Com a redemocratização, participa do governo José Sarney (1985-1990), primeiro como embaixador do Brasil na Comunidade Econômica Europeia e depois como Ministro da Cultura. Depois de sua saída do governo, retorna às atividades acadêmicas no Brasil e no exterior com reflexões até a sua morte, em 20 de novembro de 2004.

A partir dessa breve biografia intelectual de Celso Furtado, podemos constatar a forte relação entre as instituições e o desenvolvimento econômico, no sentido daquelas poderem promovê-lo ou não. Veremos a seguir, que Karl Mannheim e Keynes foram decisivos nas reflexões e posicionamentos de Furtado. Posteriormente, observaremos as continuidades e mudanças no pensamento de Celso Furtado sobre essa temática. Por fim, exporemos brevemente as últimas reflexões de Furtado e teceremos rápidas considerações finais.

O PLANEJAMENTO DEMOCRÁTICO EM KARL MANNHEIM E A AÇÃO DO ESTADO EM KEYNES

Karl Mannheim, com a ideia de planejamento democrático, exposta em *O Homem e a Sociedade* (1962)⁶ e em *Liberdade, Poder e Planificação Democrática* (1972)⁷, se constituiu num dos pensadores fundamentais para a reflexão e a prática de Furtado, como ele mesmo afirma, ao refletir sobre a situação imediata do mundo após a II Guerra Mundial:

*Como estudioso de Mannheim, estava convencido de que um amplo esforço de reconstrução institucional tornara-se indispensável, se o objetivo era preservar a liberdade do homem. Cabia prevenir as crises e neutralizar os efeitos sociais da instabilidade inerente às economias de mercado. Os projetos de previdência e assistência social, que tiveram no Plano Beveridge sua melhor expressão, constituíam valioso avanço, mas não iam à raiz do problema, pensava eu. A solução estava na introdução de uma dupla racionalidade, ao nível dos fins e dos meios, o que exigia a planificação. Meus estudos de organização das atividades do setor público, com base em autores norte-americanos e as ideias de Mannheim em seu *Man and Society in Age of Reconstruction* (traduzido para o espanhol sob o título de *Libertad y Planificación Social*), haviam moldado minha visão das opções com que se defrontava a Europa em reconstrução⁸.*

No livro citado, Mannheim faz um diagnóstico pessimista da situação vivida na Europa após a Grande Depressão, fruto do *laissez-faire*, assumindo uma posição semelhante em alguns pontos à reflexão de Polanyi (1944). Podemos sistematizá-lo nos seguintes itens:

⁶ A primeira edição original em inglês (*Man and Society in Age of Reconstruction*) é de 1940. Utilizamos a edição brasileira de 1962.

⁷ A primeira edição original em inglês (*Freedom, Power & Democratic Planning*) é de 1951, publicada postumamente (Mannheim faleceu em 1947). Utilizamos a edição brasileira de 1972.

⁸ Furtado (1985: 17). Os parágrafos que seguem baseiam-se largamente em Mannheim (1962 e 1972), salvo indicações em contrário e citações.

I) O desenvolvimento técnico solapa as condições que eram a base da tradição, ou seja, desintegração do controle dos grupos antigos e pequenos (lar, igreja, mercado, cidade) num processo de transformação rápida e espasmódica, no qual a desintegração das instituições é a desintegração da personalidade, numa situação de quase anomia.

II) A crise do capitalismo vivida a partir de 1929 não é mais uma crise fortuita, mas sim algo inerente ao sistema.

III) O processo de transição da democracia liberal de poucos para uma verdadeira democracia das massas destruiu as estruturas sociais intermediárias entre as elites e as massas.

IV) A principal dificuldade da sociedade moderna não está na sua amplitude, mas sim no fato de que o método liberal de organização ainda não atingiu a fase e que possa produzir a articulação orgânica necessária a uma sociedade vasta e complexa.

De posse desse diagnóstico, Mannheim mostra as alternativas à crise do liberalismo.

A **primeira alternativa** (condenada por Mannheim) é a do planejamento totalitário em suas duas vertentes: fascismo e comunismo. A segunda alternativa (defendida por Mannheim) é a do planejamento democrático.

Sobre a primeira alternativa, Mannheim mostra pontos em comum no fascismo e no comunismo: i) o planejamento é visto como necessário nas esferas econômica, social e moral; ii) a planificação é um processo inclusivo, que tudo abrange e regula; iii) a planificação é um processo centralizado oriundo de poucas posições-chave; iv) a planificação é executada através da ditadura⁹.

Em relação à **segunda alternativa**, Mannheim (1972: 49) argumenta da seguinte maneira:

Nossa tarefa consiste em construir um sistema social mediante o planejamento, mas planejamento de tipo especial: tem que ser planejamento para a liberdade, sujeito ao controle democrático; planejamento, mas não planejamento restricionista que favoreça os monopólios de grupos, sejam de homens de empresa ou de associações operárias, mas “planejamento para a plenitude”, isto é, pleno emprego e total exploração dos recursos; planejamento para a justiça social, mais que igualdade absoluta, com diferenciação de recompensas e status, sobre a base da genuína igualdade mais que do privilégio; planejamento, não para uma sociedade sem classes, mas para uma sociedade que suprima os extremos de riqueza e pobreza; planejamento para padrões culturais sem “nivelamento por baixo” – uma transição planejada, favorecendo o progresso, sem suprimir o que há de valioso na tradição; planejamento que neutralize os perigos de uma sociedade de massas, coordenando os instrumentos de controle social, mas só interferindo nos casos de deterioração institucional ou moral, definidos por critérios

⁹ Segundo Mannheim (1972: 44-45): “Isto significa a concentração absoluta do poder nas mãos de uns poucos, por meio de um partido monopolístico. Em termos concretos, implica na suspensão de todos os direitos do cidadão livre. Significa o controle total da imprensa e de todos os outros órgãos formadores da opinião pública, bem como o controle completo do sistema educativo. Significa a utilização do poder por facções oficiais ou semioficiais; significa campo de concentração, espionagem e terrorismo de toda espécie”. Sobre as características diferenciadoras do comunismo e do fascismo, ver Mannheim (1972: 45-49).

coletivos; planejamento para o equilíbrio entre a centralização e a dispersão do poder; planejamento para a transformação gradual da sociedade, a fim de estimular o desenvolvimento da personalidade: em resumo, planejamento mas não arregimentação.

Cabe acrescentar alguns elementos que na visão de Mannheim necessariamente estariam presentes no planejamento democrático:

I) O planejamento se valeria do uso de técnicas sociais, baseadas em estudos científicos da sociedade, conjugados, se possível, com a experiência sociológica.

II) Os planejadores seriam controlados democraticamente num sistema parlamentar, que garante a seleção e a rotação das elites (pelo menos na esfera política) e que preveniria a manipulação das massas.

III) Mesmo contando com a democracia no planejamento, Mannheim, numa maneira que podemos dizer contraditória, coloca em destaque a função da *intelligentsia*¹⁰ nesse processo, pois, colocada acima das disputas políticas, ocupa uma posição chave na mudança social, como “especialistas na invenção e na difusão das ideias” (MANNHEIM, 1972: 86). Ela faz parte daquele grupo de planejadores que, por iniciar esse processo, não foram planejados, mas que se constituem em minorias que podem conduzir a sociedade no caminho da planificação para a liberdade.

Portanto, na visão de Mannheim, o planejamento democrático conta com a sociedade, mas no seu ponto de partida precisa contar com minorias, dentre elas a *intelligentsia*, que se coloca acima das disputas da sociedade, como se nela não estivesse inserida. Tal contradição seria vivida por Furtado, visto que ele muito viveu a tensão entre o ser técnico e o precisar fazer política (principalmente na SUDENE) e que analisamos no decorrer deste trabalho.

Acreditamos que é com base nessa influência que Furtado se apropria das ideias de Keynes. Nas suas palavras:

A influência da obra de Keynes foi igualmente decisiva para mim. Compreendo que toda decisão econômica envolve o exercício de uma forma de poder – é algo que derivei das reflexões de Marx. A isso devo que a visão do mundo econômico como um conjunto de automatismos, marca do pensamento neoclássico, me haja sido totalmente estranha. Nada é tão esterilizante, para o economista que se interessa pelos problemas do subdesenvolvimento, quanto essa visão. Contudo, não basta a ideia de poder, tal qual o exerce compulsivamente o capitalista. O poder também deve existir como um sistema. E, na economia capitalista, os centros de decisão mais importantes desse sistema se situam no Estado. Essa ideia de que a economia capitalista não poderia operar sem um certo grau de centralização de decisões, ou seja, sem uma estrutura superior de poder (todo capitalismo é em certo grau um capitalismo de Estado), derivei-a da leitura de

¹⁰ Grupo de intelectuais e técnicos de nível superior.

*Keynes. Graças a ela, pude compreender muito cedo o fenômeno da dependência econômica em sua natureza estrutural*¹¹.

Embora admita a influência keynesiana, Furtado não deixou de criticá-lo por certa herança do automatismo neoclássico na tomada de decisões, e pelo escasso aprofundamento quanto às decisões capazes de gerar a mudança estrutural do desenvolvimento:

*A análise dos fatores que induzem o empresário a inverter é, certamente, a parte mais pobre da obra de Keynes. (...). Keynes abandonou o dispositivo do equilíbrio geral como ponto de partida da análise, a fim de formular uma teoria da determinação do nível de emprego da capacidade produtiva, mas que, no essencial, permanece dentro do quadro da análise tradicional que se concentra na identificação dos valores de equilíbrio das variáveis de um sistema. (...). Foi o estudo do desenvolvimento*¹² *que permitiu desviar a atenção dos valores de equilíbrio das variáveis para a identificação dos elementos estruturais que condicionam o comportamento dos agentes responsáveis pelas decisões estratégicas. (...). À diferença do enfoque tradicional, que se preocupa essencialmente em descobrir automatismos, o estudo do desenvolvimento tende a concentrar-se na caracterização das estruturas, na identificação dos agentes significativos e nas interações entre determinadas categorias de decisões e as estruturas*¹³.

Essa herança do automatismo deveria ser superada, segundo Furtado, pela ênfase no enfoque estrutural, ao qual ele se dedicou, admitindo a influência marxista e a importância da história:

*O estruturalismo econômico teve como objetivo principal por em evidência a importância dos “parâmetros não econômicos” dos modelos macroeconômicos. Como o comportamento das variáveis econômicas depende em grande medida desses parâmetros, e a natureza dos mesmos pode modificar-se significativamente em fases de rápida mudança social, ou quando se amplia o horizonte temporal da análise, os mesmos devem ser objeto de metucioso estudo (...) em um certo sentido, o trabalho desses economistas aproxima-se do daqueles outros preocupados em dinamizar os modelos econômicos. Em um e outro caso, tem-se em vista transformar constantes em variáveis, o que permite alcançar um nível mais alto de generalidade no esforço de teorização. Considerado o problema sob outro aspecto, os estruturalistas retomaram a tradição do pensamento marxista, na medida em que este último colocou em primeiro plano a análise das estruturas sociais como meio para compreender o comportamento das variáveis econômicas*¹⁴.

PLANEJAMENTO DEMOCRÁTICO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: CONTINUIDADES E MUDANÇAS NO PENSAMENTO DE CELSO FURTADO

Analizamos primeiramente o período no qual Furtado tomou parte do primeiro grupo de pesquisadores e planejadores da CEPAL, num contexto de grande debate no Brasil e no mundo

¹¹ Furtado (1997: 21).

¹² Furtado discute as ideias de Myrdal, Hirschmann e Perroux no capítulo em questão do livro *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*, cuja primeira edição foi em 1967. Utilizamos a edição de 1979.

¹³ Furtado (1979: 55, 110-112).

¹⁴ Furtado (1979: 83-84).

sobre o planejamento e a industrialização para a superação do subdesenvolvimento, no qual o autor que analisamos participa na qualidade de defensor da concepção cepalina de planejamento.

Podemos observar esse debate num artigo de Furtado denominado *A Programação do Desenvolvimento Econômico II* (1953), no qual ele responde ao artigo de Octávio Gouvêa de Bulhões, intitulado *A Programação do Desenvolvimento Econômico* (1953), que atacava o tipo de planejamento da CEPAL, pois, segundo ele, não levava em conta os riscos da inflação. Ou seja, a estabilidade teria que ser programada e, uma vez que ela estivesse assegurada, o desenvolvimento viria espontaneamente. A resposta de Furtado se deu da maneira que segue abaixo:

I) O autor chama a atenção para o fato de Bulhões defender uma programação sem inflação na qual o Estado construiria um número apreciável de núcleos de irradiação, ou seja, dotaria o país de infraestrutura sem interferir na iniciativa privada. Tal proposta é criticada por Furtado pelo fato de que não seria possível empreender um programa desse tipo sem antes cercear a iniciativa privada.

II) Segundo Furtado, a formação de capital é indispensável para a elaboração de um programa de investimentos (não importa o tipo), seja num caso de desenvolvimento “espontâneo” (como Bulhões afirma) ou não. Logo, a visão de Bulhões de que a CEPAL não reconhece a existência de forças econômicas em progresso na América Latina é considerada sem fundamento.

Percebemos um debate que ocorre estritamente dentro do campo da ciência econômica, no qual há uma preocupação em deixar os argumentos técnicos sempre aparecerem, deixando patente uma concepção mannheimiana de planejamento com um enfrentamento ainda tímido da ciência econômica convencional. Observamos esse comportamento nos demais textos do período cepalino, que analisamos abaixo.

No artigo *A Técnica do Planejamento Econômico* (1954), Furtado reafirma sua adesão ao planejamento como uma das respostas para acelerar o processo de crescimento. Mas não qualquer planejamento, mas sim aquele que leve ao desenvolvimento econômico e no qual a técnica é sempre neutra (como em qualquer tipo de planejamento), tanto que pode ser utilizada pelo planejador para reforçar ou debilitar a posição da empresa privada como organizadora do sistema produtivo, denotando também a forte influência keynesiana ao mostrar o poder do Estado em promover ou não o desenvolvimento econômico. Percebemos nessa neutralidade, uma posição do técnico fora (e acima) da política, juntamente com a prescrição de uma programação para a industrialização com base tecnológica do centro.

No artigo *Setor Privado e Poupança*, publicado na revista *Econômica Brasileira* (abril-junho de 1956), Furtado novamente defende a concepção de planejamento da CEPAL, presente no estudo elaborado pelo Grupo Misto BNDE-CEPAL: *Esboço de Um Programa de Desenvolvimento da Economia Brasileira*, em especial o capítulo *Análise do Processo Inflacionário no Brasil*, que sofreu críticas de João Paulo de Almeida Magalhães.

Segundo o autor, Magalhães não discorda das conclusões da *Análise*, na qual afirma que a mera redistribuição da renda, no sentido de torná-la mais desigual, por si só não é um mecanismo acelerador do desenvolvimento. É pela ação fiscal nos momentos de elevação rápida da renda (período 1947-53) que o crescimento poderia ser acelerado, com medidas sistemáticas e eficientes de política econômica com o intuito de incremento da propensão média global a poupar. Porém, atribui ao estudo do Grupo Misto opiniões que Furtado afirma não poder ser inferidas do texto como a de que tal estudo, na sua conclusão, não acredita na contribuição potencial do setor privado em uma política geral de desenvolvimento. O autor responde à afirmação de Magalhães da seguinte maneira:

Reconhecer a necessidade de ação fiscal – como o faz aliás Almeida Magalhães – não implica em pessimismo com respeito ao papel que o setor privado deve desempenhar no desenvolvimento. A ação fiscal pode ter como objetivo central estimular a iniciativa privada, criar condições favoráveis ao seu fortalecimento etc. Afirma o crítico que o Grupo Misto não aponta outro meio para incrementar a taxa de poupança senão o acréscimo da percentagem dos investimentos no conjunto das despesas públicas. Ora, esse acréscimo pode ser um meio, como o foi no caso da criação do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, de suprir o setor privado com fundos de que carece em razão de sua baixa taxa de poupança¹⁵.

Segunda crítica de Magalhães: para ele o documento leva a crer que as classes de altas rendas deveriam registrar normalmente uma propensão marginal a poupar superior à média e numa perspectiva de longo prazo, ao crescer a renda nacional, aumentaria constantemente a propensão média a poupar.

Furtado responde a Magalhães da seguinte maneira: o documento do Grupo Misto afirma que apenas num período dado (1947-53) de redistribuição de renda em favor dos grupos de cima, a propensão marginal a poupar se manteve igual à média, dado o aumento brusco da renda como consequência da extraordinária melhora na relação de preços do intercâmbio externo. Nas suas palavras:

Em razão disso, a elevação da renda teve muito de semelhante com a que acompanha a recuperação cíclica numa economia industrial: refletiu uma rápida elevação da produtividade média do sistema. Ora, essas etapas de rápida redistribuição dinâmica da renda se caracterizam por uma elevação da taxa marginal de poupança. É fácil

¹⁵ Furtado (1956: 101).

compreender que aumentos bruscos de renda que não resultam de novas inversões em capital fixo, não podem ser acompanhados de aumentos igualmente bruscos do consumo. A “lei fundamental” de Keynes aqui se aplica em sua plenitude¹⁶.

Furtado acrescenta que períodos assim se constituem oportunidades excepcionalmente favoráveis para acelerar o desenvolvimento com medidas de política fiscal adequadas.

Terceira crítica de Magalhães: se no estudo do Grupo Misto é afirmado que as classes de altas rendas não aumentam substancialmente suas poupanças nas fases de prosperidade, logo, não haveria redução das mesmas nas fases de contração, senão como explicar a constância da taxa média de poupança entre 1939 e 1953?

Resposta de Furtado: nesse período não houve nenhuma contração, mas não foi esse o ponto que preocupou os formuladores do *Esboço* e sim em chamar a atenção para as possibilidades maiores de elevação da taxa de poupança nos períodos de prosperidade.

No artigo *Fundamentos da Programação Econômica*, publicado na revista *Econômica Brasileira* (janeiro-junho de 1958a), Furtado afirma sua adesão à teoria keynesiana como fundamento de sua proposta de planejamento para o desenvolvimento econômico, como podemos observar na seguinte passagem:

O aspecto mais salutar da revolução keynesiana consistiu em demonstrar, no campo da teoria da produção – campo esse que Keynes chamou de teoria do emprego – que nem sempre existe coincidência entre o interesse do empresário e o interesse coletivo. Isto é principalmente verdade no que diz respeito aos fenômenos de curto prazo, que são aqueles que mais pesam no comportamento do empresário. Dado esse passo, foi fácil realizar na teoria da produção uma revolução idêntica à que antes ocorrera na teoria monetária. E também foi possível reintegrar num mesmo corpo de pensamento os dois campos da teoria econômica; o dos fenômenos reais e o dos fenômenos monetários. Dessa unificação é que surgiu a teoria do desenvolvimento econômico, que constituiu o fundamento da política de programação do desenvolvimento¹⁷.

A partir dessa afirmação, Furtado (1958a: 40) destaca os pontos centrais da teoria do desenvolvimento econômico que servem de base para o planejamento nas economias subdesenvolvidas:

1. O desenvolvimento consiste, basicamente, no aumento da produtividade física do conjunto da força de trabalho, eliminado o efeito de fatores naturais.
2. Logra-se o aumento da produtividade física do trabalho por meio da acumulação de capital e da assimilação do progresso técnico.

Com essa fundamentação, Furtado expõe a sua proposta de planejamento do desenvolvimento econômico que consistiria nas seguintes medidas coordenadas:

¹⁶ Furtado (1956: 101).

¹⁷ Furtado (1958a: 39-40).

- I) Definição do esforço de poupança necessário (sem o recurso à inflação).
- II) Definição da distribuição social desse esforço através das políticas fiscal e de preços e salários.

E essa proposta adotaria técnicas de programação global. Segundo Furtado (1958a: 43):

Essas técnicas têm como fundamento a ideia de que é necessário partir de cima para baixo, isto é, de um balanço das necessidades globais, e não do projeto individual. A dificuldade maior em elaborar esse balanço deriva do fato de que, com o crescimento, o sistema se modifica estruturalmente, sendo necessário conhecer sua dinâmica interna se pretendemos formular alguma hipótese sobre a composição das necessidades futuras. Nesse terreno a análise econômica aplicada à técnica de projeções é de grande utilidade.

Estabelecido esse balanço hipotético de necessidades futuras, faz-se possível definir uma primeira escala de prioridades. É necessário não esquecer que cada atividade produtiva interdepende de um grande número de outras. Contudo, somente uma fração dessas atividades produtivas atende diretamente às necessidades da população. Se conseguirmos estimar essas necessidades da população e conhecermos as interligações do sistema, faz-se possível determinar as necessidades de produtos intermediários em todos os escalões da produção¹⁸.

Podemos também acrescentar nessa defesa de Furtado a importância que ele dá à ação disciplinadora dos investimentos a qual só é possível sua realização caso se conjugue um conhecimento dos processos econômicos com uma política de desenvolvimento no longo prazo.

Por fim, afirmamos que a defesa do planejamento global por parte de Furtado nesse artigo reitera o planejamento proposto pela CEPAL, tal como em trabalhos anteriores, com uso intenso da teoria econômica e com argumentos técnicos, deixando implícita a sua visão política, dada a sua posição de membro da CEPAL quando elaborou esse trabalho.

O livro *Perspectivas da Economia Brasileira* (1958b), reunião de conferências proferidas por Celso Furtado no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) como parte integrante do *Curso de Treinamento em Problemas do Desenvolvimento Econômico*, promovido pela CEPAL, com a colaboração do BNDE, da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES), do ISEB e da *Technical Assistance Agency* (TAA – da OEA), se constitui na aplicação do planejamento cepalino para o caso brasileiro, a partir da elaboração do diagnóstico da nossa realidade de subdesenvolvimento, com especial atenção para a questão das disparidades regionais, que seria desenvolvida com mais profundidade a partir de 1959.

Nesse livro, Furtado (1958b: 55-58) expõe os elementos que um plano de desenvolvimento para o Brasil deveria conter:

¹⁸ As necessidades da população são definidas um pouco mais à frente por Furtado (1958a: 44) como aquelas compatíveis com o poder de compra efetivo que terá a população, derivado do nível global da produção, da taxa de poupança e da distribuição da renda.

I) Deslocar do Nordeste o incremento de seu excedente de população.

II) As políticas regionais de desenvolvimento devem levar em conta os objetivos nacionais de desenvolvimento, pois um mercado interno em rápida expansão é um elemento altamente dinâmico para as regiões de crescimento mais lento.

III) Partir de um conhecimento preciso das características da região subdesenvolvida, principalmente no tocante à constelação de fatores e recursos, com a necessidade indispensável de classificar essas regiões em superpovoadas e subpovoadas, ou seja, com excedente de população e excedente de terras.

IV) O desenvolvimento industrial pressupõe infraestrutura e, para tornar atrativa a instalação de indústrias leves com alta densidade de mão de obra por unidade de produto no Nordeste, região com grande excedente populacional, o Estado deve fazer os investimentos necessários para tal.

V) O Nordeste não é uma economia independente.

VI) O caminho da industrialização do Nordeste passa pela melhor organização da agricultura destinada ao mercado local. Nas regiões de intermitência das secas, haveria deslocamento da população, nas demais, organização de uma agricultura permanente.

Com tais elementos haveria uma primeira etapa de planejamento no Brasil, chamada de programação preliminar, que, segundo o autor, não poderia exceder três anos e não se consistiria somente de estudo e trabalho crítico, mas também de ações concretas. Segundo Furtado (1958b: 60): “A diferença entre esta primeira etapa e as seguintes reside em que nestas últimas será possível agir com mais clara consciência dos problemas, achando-se o poder público aparelhado para interferir de maneira muito mais efetiva”.

Então, a atuação na primeira etapa se daria através dos seguintes passos, segundo Furtado (1958b: 60-66):

I) Constituição de um Conselho Nacional de Desenvolvimento.

II) Levantamento preliminar com duração não superior a três meses através de informação estatística básica de todos os setores da economia.

III) Após o segundo passo, elaboração de um esboço de programa preliminar a fim de eliminar os principais focos de desequilíbrio e seus pontos de estrangulamento.

IV) O núcleo desse programa de transição seria fruto da escolha de poucos problemas em torno dos quais se concentrariam os estudos e a ação prática subsequente.

Sobre o período cepalino de Furtado, podemos afirmar, como forma de sistematização, a ocorrência da predominância do técnico sobre o político, na visão do planejamento como elemento de superação do subdesenvolvimento. Mesmo em questões como a defesa da distribuição de renda mais igualitária, os argumentos técnicos é que dão a tônica, dentro da visão mannheimiana da *intelligentsia* acima das discussões político-partidárias, da qual a CEPAL mantinha atitudes semelhantes. O planejamento, defendido por Furtado e pela CEPAL num contexto democrático, na prática se mostrava muito difícil de ocorrer, o que refletia a contradição básica de Mannheim, pois o povo ainda estava num processo de aprendizado de participação política, dado o nosso capitalismo atrasado¹⁹.

No período 1959-1964, Furtado fundamenta a sua concepção de planejamento de maneira mais político-ideológica, como podemos observar nos parágrafos que seguem.

Analisamos primeiramente o texto *Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste*, de Furtado, mas com autoria atribuída ao grupo a fim de manter seu caráter técnico como forma de reforço da argumentação em defesa de criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Destacamos desse documento as chamadas quatro diretrizes básicas do Plano de Ação:

I) Intensificação dos investimentos industriais com o objetivo de criar um centro autônomo de expansão manufatureira.

II) Transformação da economia agrícola da faixa úmida a fim de proporcionar uma oferta adequada de alimentos nos centros urbanos, cuja industrialização deverá ser intensificada.

III) Transformação progressiva da economia das zonas semiáridas no sentido de elevar sua produtividade e torná-la mais resistente ao impacto das secas.

IV) Deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste, a fim de incorporar à economia da região as terras úmidas do *hinterland* maranhense, que estão em condições de receber os excedentes populacionais criados pela reorganização da economia da faixa semiárida.

Esse documento foi exposto por Furtado no lançamento oficial da Operação Nordeste em março de 1959 no Rio de Janeiro, no qual foi oficializada a criação do conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO), com sede na cidade de Recife, além de ter sido assinada pelo Presidente a mensagem ao Congresso Nacional, propondo a criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que teria o objetivo de implementar as políticas de desenvolvimento para essa região e cujas atribuições ficariam a

¹⁹ Na verdade, a afirmação das nações subdesenvolvidas passaria pelo desenvolvimento econômico via planejamento para depois vir a consolidação democrática dentro da ideia moderna de nação.

cargo do CODENO enquanto a instituição da superintendência não fosse autorizada. Ambos os órgãos seriam liderados pelo economista que analisamos.

A partir da instalação do CODENO em 25 de abril de 1959, começa uma longa batalha para as SUDENE ser aprovada. O intelectual e técnico Furtado se vê obrigado a buscar amplo apoio na opinião pública do Centro-Sul, pois os postos de liderança no Congresso eram com frequência ocupados por membros da elite nordestina, que fariam de tudo para barrar a criação desse órgão, visto que iria contra seus interesses.

Com a aprovação da SUDENE em 15 de dezembro de 1959, Furtado dá à instituição um tom marcadamente técnico, mas sem deixar de buscar apoio na opinião pública, refletindo, como afirmamos anteriormente, a contradição de Mannheim. E isso fica bem claro na seguinte passagem do terceiro capítulo de *A Pré-Revolução Brasileira* (1962):

Quando afirmamos que a SUDENE é um órgão estritamente técnico, queremos dizer que ela é independente de toda injunção político-partidária. Mas não existe plano de desenvolvimento sem política de desenvolvimento, e nenhuma política pode alcançar eficácia sem o apoio dos centros principais do poder político. O que singulariza a SUDENE é que nela a técnica e a política estão isoladas em dois planos distintos. De seu Conselho Deliberativo participam governadores de nove estados, autoridades essencialmente políticas. A autoridade do seu superintendente, que é também o dirigente técnico do órgão, é delegada do Chefe do Executivo Federal. Por essa forma, tratou-se de evitar o dualismo que no passado foi fatal para a autoridade técnica. Essa unidade do técnico e do político permitiu à SUDENE comunicar-se diretamente com a opinião pública. Não estando vinculada a qualquer ação partidária, os seus objetivos podem sempre ser submetidos ao teste da discussão aberta. Como o debate em torno dos problemas do desenvolvimento não transborda dos critérios de racionalidade e tem sempre um caráter educativo, a grande polêmica em torno da SUDENE contribuiu para formar uma consciência regional das dificuldades a enfrentar e da necessidade de exigir seriedade e continuidade da ação governamental. Elevou-se, assim, o nível de toda a discussão política na região. Haver vinculado o problema do desenvolvimento ao debate político, eis a chave do apoio que recebeu a SUDENE da opinião pública. Houvéssemos conservado em círculos herméticos a análise dos problemas objetivos da região, isolando do povo aquilo a que se convencionou chamar “problemas técnicos”, e permitindo que a discussão aberta se limitasse ao entrecchoque de pontos de vista particulares de políticos locais, e teríamos apenas repetido o passado sem maiores possibilidades de sobrevivência. Essa reflexão fizemo-la desde o começo, pois sabíamos que sem um grande apoio da opinião pública a SUDENE não se colocaria à altura da tarefa enorme que tem diante de si. (...) Era indispensável levar até o povo a discussão objetiva dos problemas do desenvolvimento, desintoxicá-lo das promessas fáceis do período eleitoral, reconquistar-lhe a confiança nos homens responsáveis pela administração da coisa pública²⁰.

Em termos de reflexão sobre o planejamento democrático e sobre as alternativas político-econômicas para o Brasil, destacamos de *A Pré-Revolução Brasileira* (1962) a reiteração da defesa da necessidade do planejamento numa economia subdesenvolvida como a brasileira e que não significa autoritarismo e nem supressão das liberdades individuais. Os países desenvolvidos mostram bem isso. E para que o planejamento se faça é necessário o aparelhamento do Estado, o

²⁰ Furtado (1962: 61-63).

que ainda não tinha ocorrido, apesar de iniciativas positivas implantadas no Governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961). Ou seja, o Estado ainda não estava devidamente aparelhado para exercer as funções básicas de uma política de desenvolvimento econômico. Segundo Furtado (1962: 78):

As políticas monetária, fiscal, de exportação e importação, cambial, de fomento industrial, de assistência técnica à agricultura, dependem todas, entre nós, de medidas mais ou menos improvisadas e quase sempre tomadas de forma desconexa. O aparelhamento administrativo não permite o mínimo de integração para que essas distintas políticas visem objetivos de conjunto.

Por fim, o autor lembra da importância da preparação de quadros, além de um maior entrosamento entre especialistas em ciências políticas e administrativas e economistas, visto ser condição indispensável ao êxito da política de desenvolvimento do país.

Durante o período em que permaneceu na SUDENE (1959-1964), Furtado assumiu entre setembro de 1962 e junho de 1963 o então recém-criado Ministério Extraordinário do Planejamento, a convite do Presidente João Goulart, para elaborar um plano de governo, denominado de Plano Trienal, cujo trabalho de elaboração desdobrou-se da seguinte maneira, segundo Furtado (1989: 154-155):

Meu trabalho desdobrou-se em duas esferas. Por um lado, comecei a tomar notas sobre pontos relevantes, tratando de visualizar o que seria um plano de governo com abrangência dos três anos de mandato que restavam ao presidente, tida em conta a conjuntura extremamente adversa que atravessávamos. Por outro lado, apelei para os colegas do gabinete ministerial para que destacassem alguns especialistas que nos fornecessem informação específica e explicitassem os objetivos a serem colimados na área de cada ministério no período concernido. A existência de um regime parlamentar, com reuniões regulares do gabinete e consciência de responsabilidade coletiva dos ministros, facilitava o meu trabalho. Mas sabia de experiência que não podia contar com a máquina administrativa. Tinha de proceder diretamente à coleta de informações, pois qualquer atraso na entrega destas pelos grupos ministeriais seria de graves consequências para o conjunto do trabalho.

(...).

Mantinha-me em contato direto com todas as equipes e multiplicava as entrevistas externas: debates com associações de classes, diálogos com grupos políticos, recepção de um sem-número de pessoas que, com ou sem razão, se consideravam no direito de opinar sobre o que devia ou não ser o tal plano de governo em preparação. E tudo isso se desenvolvia em meio a uma apaixonada campanha eleitoral, primeiro para eleger governadores e parlamentares, e em seguida para plebiscitar o parlamentarismo.

Os objetivos fundamentais do plano eram os seguintes:

I) Assegurar uma taxa de crescimento da renda nacional em torno de 7% ao ano (correspondente a 3,9% de crescimento da renda *per capita*) compatível com as expectativas de melhoria das condições de vida do povo brasileiro.

II) Redução progressiva da pressão inflacionária.

III) Criação de condições para que os frutos do desenvolvimento fossem distribuídos de maneira cada vez mais ampla pela população, cujos salários reais deveriam crescer com uma taxa pelo menos igual à do aumento da produtividade do conjunto da economia, além dos ajustamentos decorrentes do aumento do custo de vida.

IV) Intensificação substancial da ação do governo na educação, na pesquisa científica e tecnológica e na saúde pública dentro do objetivo fundamental de assegurar uma rápida melhoria do homem como fator de desenvolvimento, além de possibilitar o acesso de parte crescente da população aos frutos do progresso cultural.

V) Orientação adequada do levantamento dos recursos naturais e localização da atividade econômica com o objetivo de desenvolver as distintas áreas do país e reduzir as disparidades regionais de níveis de vida, sem o aumento do custo social do desenvolvimento.

VI) Eliminação progressiva dos entraves de ordem institucional (como a estrutura agrária de então), vistos como responsáveis pelo desgaste dos fatores de produção e pela lenta assimilação de novas técnicas em determinados setores produtivos.

VII) Refinanciamento adequado da dívida externa, além de evitar a piora do endividamento brasileiro no exterior.

VIII) O governo deveria ter assegurada uma crescente unidade de comando dentro de uma esfera própria de ação, na qual as suas distintas agências se submeteriam às diretrizes do plano.

Em termos concretos, o plano mal saiu do papel porque Furtado retornou à SUDENE devido à sua exoneração do cargo de ministro (juntamente com todo o ministério) por pressões políticas sofridas por Goulart, numa conjuntura de grande instabilidade social e política, que levou ao golpe militar de 1964, à cassação dos direitos políticos do autor e ao exílio.

Diante desse quadro, Furtado em *Dialética do Desenvolvimento* (1964), coloca de maneira bem explícita a sua adesão à democracia como condição fundamental para o desenvolvimento. Nas suas palavras:

A consecução ou manutenção de um regime democrático aberto, em que as classes assalariadas podem organizar-se para lutar por objetivos próprios, deve ser considerada como condição necessária do desenvolvimento social em país subdesenvolvido. É a partir desse ponto que se pode pensar em ação política para o desenvolvimento, pois o populismo somente poderá ser superado por movimentos surgidos dentro das classes assalariadas e conducentes à sua autodeterminação política. Com efeito, amadurecendo a consciência da classe trabalhadora e definindo-se com nitidez os seus reais objetivos, o populismo poderá, durante algum tempo, transformar-se em arma contra aqueles mesmos que o usam²¹.

²¹ Furtado (1964: 88).

Ainda na década de 1960, após o golpe de 1964, Furtado, continua e aprofunda sua inflexão sociopolítica iniciada nas obras de 1962 e 1964 (já analisadas acima) na busca de entender as razões pelas quais o processo econômico por si só foi incapaz de construir um desenvolvimento que fosse além do crescimento econômico somente, e que abarcasse um desenvolvimento social. Nessas reflexões ele busca compreender quais as muralhas sociais e políticas, além das econômicas, para um verdadeiro desenvolvimento socioeconômico, tal como nas socialdemocracias europeias. Tal caminho de reflexão percorrido por Furtado pode ser visto quando ele traça diagnósticos pessimistas sobre o subdesenvolvimento brasileiro, além de prognosticar a estagnação e a regressão, como podemos observar em *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina* (1966), sem, contudo, deixar de propor alternativas para a superação desse quadro, colocadas em *Um Projeto para o Brasil* (1968).

Porém, a estagnação não ocorre, pois no período 1968-1973 tivemos o “milagre econômico”, fato que leva Furtado a repensar a industrialização também como reprodutora do subdesenvolvimento (dependendo de quem a esteja conduzindo, como no caso da ditadura militar brasileira nessa época), tal como observamos em *Análise do “Modelo” Brasileiro* (1972). Esse repensar o leva a ampliar sua análise também para a política internacional, pois o subdesenvolvimento e a industrialização periférica, segundo ele, devem também ser compreendidas dentro do quadro da hegemonia no centro capitalista sob a liderança dos EUA, como observamos em *A Hegemonia dos Estados Unidos e o Subdesenvolvimento da América Latina* (1973).

Essas reflexões se radicalizam ainda mais em *O Mito do Desenvolvimento Econômico* (1974), no qual questiona o próprio modelo de desenvolvimento econômico dos países desenvolvidos (predatório dos recursos naturais) e a impossibilidade do mundo subdesenvolvido de alcançar essa meta. Furtado passa, a partir dessa obra, a propor um desenvolvimento econômico a partir de nossas próprias características e uma radicalização da democracia, com forte participação da sociedade civil nas decisões de planejamento, juntamente com fortes críticas ao poder da tecnocracia.

AS ÚLTIMAS REFLEXÕES DE CELSO FURTADO: DESAFIOS PARA O BRASIL

A partir da década de 1990, nas obras *Brasil: A Construção Interrompida* (1992) e *O Capitalismo Global* (1998) – Furtado sustenta a ideia de que a construção da nação, entendida como processo de unificação do espaço econômico nacional, através da valorização do mercado interno via políticas conduzidas pelo Estado, as quais garantiriam o vínculo de solidariedade

entre as regiões brasileiras, foi interrompida pela estagnação da economia brasileira vivida desde o início da década de 1980 com a crise da dívida e pela inserção subordinada ao capitalismo global via valorização de regiões brasileiras com potencial de participação no mercado internacional, e abandono das outras que não atendessem a tais pré-requisitos. Os riscos dessa opção, segundo o autor, são: agravamento da exclusão social, possibilidade de fragmentação da economia nacional. A proposta passaria, então, pelo fortalecimento do Estado na retomada dessa construção, de forma que nesse processo a sociedade civil tivesse ampla participação, juntamente com a valorização de nosso potencial criativo e cultural para buscar alternativas para se sair do subdesenvolvimento sem a repetição de fórmulas importadas do centro do capitalismo mundial, inclusive na adoção/criação de novas tecnologias, aproveitando-se do momento de criação de uma sociedade civil mundial organizada que questiona o modelo econômico utilizado e chama a atenção para a depredação dos recursos naturais em ritmo acelerado no mundo. Nessas reflexões, Furtado não vê a globalização como oposta à construção nacional, mas sim como uma nova problemática com novos desafios para que a nação continue a ser construída.

Além das obras acima, cabe destacar também *O Longo Amanhecer* (1999) e *Em Busca de um Novo Modelo* (2002) como exemplos da persistência de Celso Furtado em refletir sobre a nação, mesmo quando se torna mais complexa a sua construção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como forma de sistematizar toda a discussão exposta acima, cabe tecer algumas considerações, como seguem nos parágrafos abaixo.

I) Furtado defende o planejamento democrático no decorrer de sua trajetória intelectual, porém com uma defesa de participação cada vez maior da sociedade nesse processo, principalmente após suas reflexões no exílio.

II) O papel das instituições é de fundamental importância para o desenvolvimento econômico, um dos elementos-chave para a construção da nação.

III) Na defesa do Estado como principal instituição planejadora, percebemos uma abordagem cada vez mais interdisciplinar e de caráter político.

BIBLIOGRAFIA

FURTADO, Celso. *Economia Colonial no Brasil nos Séculos XVI e XVII*. São Paulo: HUCITEC, ABPHE, 2001 (Tese de Doutorado, 1948).

- _____. A Programação do Desenvolvimento Econômico II. *Revista do Conselho Nacional de Economia*. Rio de Janeiro, v. 2, nº 19-20, novembro-dezembro 1953, p. 11-15.
- _____. A Técnica do Planejamento Econômico. *Revista de Ciências Econômicas da Ordem dos Economistas de São Paulo*, ano XI, 70, 1954, p. 3-13.
- _____. Setor Privado e Poupança. *Econômica Brasileira*. Rio de Janeiro, v. II, 2, abril-junho 1956, p. 100-2.
- _____. Fundamentos da Programação Econômica. *Econômica Brasileira*. Rio de Janeiro, v. IV, 1-2, janeiro-junho 1958a, p. 39-44.
- _____. *Perspectivas da Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958b.
- _____. *Formação Econômica do Brasil*. 34ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2007 (1959).
- _____. *A Pré-Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
- _____. *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- _____. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979 (1967).
- _____. *Análise do “Modelo” Brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- _____. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- _____. *A Fantasia Organizada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- _____. *A Fantasia Desfeita*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- _____. *Os Ares do Mundo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- _____. *Brasil: A Construção Interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- _____. Aventuras de um Economista Brasileiro. In: *Celso Furtado: Obra Autobiográfica* (vol. 2). São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- _____. *O Capitalismo Global*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- _____. *O Longo Amanhecer*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- _____. *Em Busca de Um Novo Modelo*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- GRUPO de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste. *Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1959.
- KEYNES, John Maynard. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo: Atlas, 1990 (1936).
- MANNHEIM, Karl. *O Homem e a Sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962 (1940).
- _____. *Liberdade, Poder e Planificação Democrática*. São Paulo: Mestre Jou, 1972 (1951).

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 1980 (1944).

PREBISCH, Raúl. El Desarrollo Económico de la América Latina y Algunos de sus Principales Problemas. In: *Estudio Económico de la América Latina 1948*. Santiago do Chile: CEPAL, 1949.

_____. *Dinâmica do Desenvolvimento Latino-Americano*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

REINO, Jaime Estay. La Concepción Inicial de Raúl Prebisch y sus Transformaciones. In: MARINI, Ruy Mauro & MILÁN, Mária (organizadores). *La Teoría Social Latinoamericana. Tomo II: Subdesarrollo y Dependencia*. México: Ediciones El Caballito, 1994, três volumes, volume II, p. 17-40.